



A Revista Brasileira de História - RBH e a (re)definição dos lugares de produção da historiográfica nacional na década de 1980.

WAGNER GEMINIANO DOS SANTOS*

RESUMO: Este texto tem por objetivo discutir o papel institucional exercido pela Revista Brasileira de História – RBH na (re)definição dos lugares, regras e procedimentos da produção historiográfica nacional ao longo da década de 1980. Faremos esta discussão a partir dos textos e artigos publicados na RBH, ao longo desta década, que tratam e/ou apontam para a emergência de "novas" formas de escrita da história (temas, objetos, narrativa, fontes) e a partir da apropriação e uso do pensamento de autores como Thompson, Foucault, Certeau, Benjamin e outros pelos historiadores brasileiros que publicaram artigos na revista neste período. Tendo como hipótese básica de trabalho que a RBH se colocou como uma das condições materiais e institucionais para a definição dos lugares privilegiados da escrita da História no Brasil a partir da década de 1980, com a construção das bases para a definição institucional dos campos do historiador social e do historiador cultural no país.

PALAVRAS-CHAVE: RBH, historiografia brasileira, História Social, História Cultural.

INTRODUÇÃO

As discussões em torno da história da história (historiografia) e da teoria e metodologia da história tem recebido inúmeras contribuições ao longo dos últimos anos em nosso país¹. O que vem possibilitando, dentre outras coisas, uma elaboração teórica e metodológica mais substancial e aprofundada das obras historiográficas produzidas pós década de 80 do século passado. Assim como uma ênfase maior na discussão, entendimento e operacionalização dos conceitos e aparatos teórico-metodológicos usados para a construção do saber histórico no Brasil. E isto se reflete, sobremaneira, numa certa autonomia da crítica historiográfica dentro do campo da disciplina História. Exemplo disso foi a criação de linhas de pesquisa específicas para a discussão da teoria e metodologia da história e da historiografia

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Bolsista CAPES.

¹ Cito aqui apenas algumas destas obras, em especial aqueles balanços que se ativeram a pensar nossa produção até a década de 1980. Ver, por exemplo, REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2007; REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil: de Calmon a Bonfim**. Rio de Janeiro: FGV, 2006; BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A (des)construção do discurso histórico; a historiografia brasileira dos anos 70**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997; FICO, Carlos, POLITO, Ronald. **A história no Brasil; elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto: UFOP, 1992. V. 1; DIEHL, Astor Antônio. **A matriz da cultura histórica brasileira: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993a; DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998; DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira; década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999; DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira (IV)**. Porto Alegre: Evangraf, 1993b. RAMOS, Igor Guedes. **GENEALOGIA DE UMA OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980**. Tese de Doutorado. UNESP, Assis – SP, 2014.



em alguns dos principais programas de pós-graduação do país, a exemplo do programa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP.²

É justamente neste espaço que procura se inserir este texto. Ou seja, no cruzamento entre teoria da história e historiografia, buscando abrir caminhos e apontar possibilidades para preencher uma lacuna da história da história no país, qual seja: a formalização de pesquisas e de problematizações sistemáticas que tenham como foco a produção historiográfica nacional ou pelo menos parte representativa da mesma, das últimas duas décadas. Acredito ser de fundamental importância o estabelecimento de uma descrição/análise desta produção para que possamos pensar, com Certeau, o que fizemos – e ainda estamos fazendo – do saber histórico no Brasil nos últimos trinta anos, sobre e a partir de quais bases, regras, conceitos, procedimentos e lugares ele vem sendo produzido e, sobretudo, analisado, problematizado e avaliado.

Pensar estas questões é de fundamental importância, principalmente se vislumbrarmos que foi ao longo das últimas décadas que a produção do saber histórico em nosso país sofreu suas mais profundas transformações, sendo alterada em todos os níveis – em especial se pensarmos em relação ao que foi produzido até o final da década de 70 do século passado – ressoando e repercutindo mudanças que vinham ocorrendo desde, pelo menos, a primeira metade do século XX na Europa e nos EUA. Neste sentido, no Brasil, houve não só uma ampliação dos horizontes teóricos e metodológicos da disciplina como também dos termos, objetos e problemas colocados.

Pois bem, as perguntas que procuramos fazer, neste texto, são as seguintes: “O que fabrica o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que produz?” (CERTEAU, 1982). Foi com estas perguntas/problemas que Michel de Certeau, ainda na década de 70 do século passado, iniciava um de seus artigos mais conhecidos atualmente do público de historiadores, “A operação historiográfica”. Mais de 40 anos depois, estas perguntas/problemas ainda mantêm uma pertinência fundamental, principalmente se quisermos pensar a produção historiográfica de um local determinado, de um determinado

² A linha de pesquisa do programa da UFRGS é assim descrita no site: “**Teoria da História e historiografia:** Tem como ênfase a problemática da produção do conhecimento histórico, em suas dimensões teórico-metodológicas e historiográficas. Desenvolve investigações sobre percursos historiográficos com delimitações espaciais, temporais ou temáticas; também se ocupa – sem desconhecer sua historicidade e caráter instrumental – das tendências analíticas, escolas, teorias e métodos presentes no trabalho do historiador e questões que, com diferentes abordagens, comparecerem, tais como: estrutura/sujeito; fragmentação/totalidade; temporalidade/espacialidade; objetividade/subjetividade; realidade/representação; cotidiano/história; ciência/ficção; interdisciplinaridade”. Consultar site do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/linhasdepesquisa.asp>.



autor em especial ou de um conjunto de historiadores filiados a uma instituição qualquer. No caso deste texto em particular, procuramos com Certeau pensar e problematizar a produção publicada e circulada pela Revista Brasileira de História – RBH, ao longo da década de 1980. Neste sentido, as perguntas que fazemos, ressoando Certeau, são as seguintes: o que fabricaram os historiadores brasileiros ao “fazerem história” nas páginas da RBH ao longo da década de 1980? Para quem trabalhavam ou a que lugares eles estavam ligados, articulados? O que produziam em termos de conceitos e objetos e que regras presidiam esta produção?

Temos como uma das hipóteses centrais de trabalho o fato de que, ao longo da década de 1980, a RBH contribuiu substancialmente, por meio de sua política editorial, para a construção de algumas divisões maniqueístas tão comuns e corriqueiras na produção do saber histórico em nosso país nos últimos anos. Divisões como História Social/História Cultural, racionalistas/irracionalistas, realistas/nominalistas etc. E neste texto procuramos apontar para os procedimentos que possibilitaram a construção destes lugares e destas definições para o fazer histórico no país. Divisões estas que, a posteriori, vieram a promover um debate historiográfico a nível nacional por demais engessado, estereotipado e estéril. Neste sentido, concordamos com o que nos diz Durval Muniz de Albuquerque Jr., em artigo publicado em 2006:

Traço constante na crítica historiográfica brasileira é a tendência a estabelecer maniqueísmos, a resumir a pluralidade do campo historiográfico a uma espécie de jogo dual, onde o leitor é conclamado a tomar partido por um dos lados litigantes...Esta crítica passa a operar com categorias genéricas que englobam autores e obras os mais diferenciados como: pós-modernos, conservadores, historiadores culturais versus realistas, racionalistas, de esquerda, historiadores sociais, e estabelece que entre elas existem pretensas dicotomias irreconciliáveis, construindo imagens tão simplificadas do campo considerado opositor, que o que temos ao final é mais desconhecimento produzido do que conhecimento. (ALBUQUERQUE JR. In: GUIMARÃES, 2006, pp. 193-194).

E ao que nos parece, em nosso país, estas contendas parecem remeter ou derivar da invenção histórica dos lugares de historiador social e historiador cultural pela crítica historiográfica brasileira pós década de 80 do século XX, ou melhor, da emergência para o pensamento desta mesma crítica dos conceitos de história cultural e história social como dispositivos de instrumentalização de suas análises.

Pensando mais uma vez com Albuquerque Jr:

Em grande medida, as análises que se fazem das obras ou de dadas correntes historiográficas não são feitas em termos substantivos, isto é não estabelecem um diálogo com os conceitos, com os pressupostos, com a metodologia que estruturam

as obras analisadas, não dialogam com o pensamento do autor ou com as conclusões a que chegou em sua pesquisa, mas procuram desqualificar a obra ou o autor brandindo contra ele meia dúzia de adjetivos, que pretensamente o localizam no debate historiográfico e avaliam o valor de sua contribuição. Termos como pós-modernos, conservadores, idealistas, populistas, ideológicos, irracionais, narrativistas, reacionários, de direita, perspectivistas, ultrapassados, marxistas, realistas, racionalistas são brandidos, como se fossem auto-evidentes ou se houvesse consenso sobre seus significados, sendo usados, por tanto como meras pechas desqualificadoras que, ao invés de instaurarem o debate, o desestimulam de saída. (ALBUQUERQUE JR.; 2006.)

Falam como sacerdotes, como juízes ou até mesmo inquisidores, colocando-se como defensores do sacrossanto lugar de produção do conhecimento histórico. Julgam defender um campo do saber que pensam ser somente deles, mas que na verdade não lhes pertencem ou que nunca os pertenceu; julgam combater em nome deste lugar quando, na verdade, parecem mais combater em nome de seus próprios interesses e privilégios concedidos pelas posições que ocupa(va)m dentro deste campo do saber.

Neste sentido, o debate é colocado também como se se encontrasse polarizado entre os historiadores sociais e os historiadores culturais, o que se configura, na maioria das vezes, muito mais um embate por posições intelectuais e de poder do que realmente uma discussão para a ampliação do campo de possibilidades práticas e discursivas do fazer historiográfico em nosso país, em especial de sua crítica.

Para grande parte dos críticos historiográficos da atualidade a produção historiográfica nacional estaria assim não só dividida, mas submetida à lógica destes dois lugares, ao tropos purista que cada um dos lados contendores busca encampar e defender. De um lado os historiadores sociais (modernos, racionalistas, realistas, representacionistas, objetivistas, defensores da verdade histórica) e de outro os historiadores culturais (pós-modernos, irracionais, nominalistas, céticos, partidários da ficção, da invenção, subjetivistas, relativistas) (ALBUQUERQUE JR.; 2007).

É também em torno desta partição, desta dualidade que esta mesma crítica parece querer organizar a “recepção”, apropriação e uso das obras e pensamento dos teóricos e filósofos estrangeiros em nosso país, assim como boa parte da leitura dos historiadores estrangeiros que tem suas produções repercutidas e ressoadas na historiografia nacional. Ao que nos parece foi tomando por base as regras e procedimentos de constituição daqueles dois lugares que a crítica historiográfica brasileira abriu seus horizontes para pensar, avaliar e enquadrar a recepção, apropriação e uso feitos pela historiografia brasileira, sobretudo a partir da década de 1980, de autores como Carlo Ginzburg, Edward P. Thompson, Walter Benjamin, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Michel de Certeau, Nietzsche e outros. Nossa hipótese é a



de que este aspecto foi muito mais produzido e inventado a partir das relações de poder inerentes ao campo da disciplina histórica em nosso país, assim como a partir das circunstâncias e condições históricas de possibilidade que o engendra, do que, propriamente, seja fruto de um determinado tipo de recepção de teorias estrangeiras e/ou de um suposto debate “emprestado”. São a estas questões e hipótese que procuraremos apontar algumas respostas, ainda bastante incipientes, tendo em vista o estágio inicial da pesquisa que originou este texto, assim como alguns caminhos de pesquisa que estamos a trilhar.

A RBH e a produção historiográfica nacional dos anos 1980.

A Revista Brasileira de História – RBH, foi criada em 1981, dentro do contexto institucional de comemoração dos 20 anos da Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH, sob a presidência da historiadora Alice Piffer Canabrava. Neste sentido, a RBH nascia como uma das primeiras revistas nacionais voltada, exclusivamente, para a publicação e circulação da produção dos professores universitários de História filiados a ANPUH. Em grande medida foi, em seus primeiros cinco números, a Revista da ANPUH. No seu número inaugural, Canabrava deixa transparecer claramente esta estreita vinculação da RBH com a ANPUH, no texto introdutório ao seu número inaugural:

Parece-nos auspicioso o lançamento da **Revista Brasileira de História**, no aniversário comemorativo de vinte anos de fundação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). Duas décadas de existência que registraram a consolidação e a expansão, o que vale dizer, o sucesso da entidade.

A **Revista Brasileira de História** pretende suprir o vazio criado, desde que se interrompeu a sequência daquela publicação, [os anais dos nove Simpósios, de 1961 a 1997]. Vem de encontro, prioritariamente, às exigências legítimas que envolvem as conquistas no campo científico, quanto à divulgação das mesmas.

Estamos conscientes das enormes dificuldades que envolvem a permanência e a regularidade de um periódico destinado a um público especializado. De modo geral, as publicações deste gênero, em nosso país, puderam cimentar-se como parte da obra de divulgação de entidades oficiais ou daquelas beneficiadas pelo amparo governamental. Nossa agremiação floresceu nestes últimos vinte anos sem concurso de verbas oficiais, estribada apenas na contribuição do professor participante dos conclave e no apoio das universidades que os patrocinam.

O descortínio de novos horizontes que levaram a novas iniciativas, sempre despertaram o revigoramento fecundo da colaboração associativa. Temos confiança que, com este espírito, a nossa **Revista** poderá afrontar, sem receio, os anos futuros. (CANABRAVA In: RBH, 1981, p. 1 e 9)

A RBH, portanto, nasce para ser o suporte material de circulação das pesquisas produzidas pelos filiados da ANPUH, sendo, com isto, nos seus cinco primeiros números, a publicação de textos, artigos, pesquisas e informativos restritos aos sócios daquela “agremiação”. Neste primeiro momento, a RBH circula de forma bem modesta sendo



impressa quase que artesanalmente pela Gráfica Imprensa Metodista, e financiada apenas pela CAPES, nos seus três primeiros números, pelo CNPQ e FAPESP no quarto e apenas pelo CNPQ no quinto. Nestes primeiros números a revista será marcada pelo caráter fortemente ensaístico dos textos publicados. Textos em sua maioria prolixos, descritivos e pouco analíticos e sem uma maior preocupação metodológica com a utilização e explicitação dos documentos, das fontes que os embasam. Não é demais dizer que predomina, nestes cinco primeiros números, como postura teórica a abordagem de temas ligados a história política, econômica e social (no sentido estrito de se ater ao estudo de uma sociedade), sem maiores discussões conceituais e/ou metodológicas, muito embora fique bastante claro, para o leitor atento, uma influência do pensamento marxista tanto em relação aos métodos quanto às técnicas e postura teórica. E ainda, resquícios de certa história Política tradicional.

Esta tendência é apontada em artigo publicado na própria revista, em seu número quatro, no ano de 1982, pelo historiador Roberto do Amaral Lapa, ao afirmar que a maioria das pesquisas em história realizadas até aquele momento se distribuíam pelas seguintes áreas: História Política (cerca de 19%), História Social (cerca de 17%), História Econômica (cerca de 16%) e História Regional (cerca de 12%). Com estas quatro tendências sendo influenciadas pelo pensamento marxista. O restante das pesquisas, segundo Lapa, apontavam para uma maior diversificação dos temas, objetos e perspectivas; contudo, produzidas ainda a partir de *insights* individuais e, majoritariamente, pensadas a partir dos pressupostos da “História Nova Francesa”. (LAPA In: RBH, 1982, pp. 153-172).

No entanto, outro artigo, publicado em 1983 no número cinco da RBH, de autoria do historiador Francisco Iglesias parece apontar em uma direção diferente, ou recolocar a questão levantada por Lapa num sentido diverso. Uma vez que Iglesias já a partir do título do artigo, “A historiografia brasileira atual e a interdisciplinaridade”, parece querer deixar claras as mudanças que a produção histórica nacional – em especial àquela ligada a ANPUH e circulada em seus simpósios – vinha atravessando naquele momento. Mas, a constatação de Iglesias exposta no título de seu artigo, deixava transparecer muito mais uma preocupação do mesmo em relação à prática da interdisciplinaridade pelos historiadores daquele momento do que especificamente uma visão positiva acerca daquelas mudanças. É da seguinte maneira que Iglesias se reporta a estas transformações:

Procurar-se-á desenvolver a análise em dois sentidos: 1) a necessidade de intercâmbio entre a História e as outras ciências sociais, para que estas lhe agucem os instrumentos interpretativos para um resultado cada vez mais correto; 2) a captação da natureza da História, feita pela documentação, pela comprovação de

afirmativas, não por simples hipóteses e sofisticções artísticas sem terem em conta a busca do real, através de elementos concretos; essa natureza revela eminentemente o sentido de mudança. De processo, daí não poder lidar com ela quem não percebe as alterações, o novo, a marca das diversas temporalidades; 3) os eventuais perigos de uma perda de identidade da natureza da História pelo uso às vezes indevido e possível abuso dessas outras ciências, que de auxílio podem chegar a uma negação de sentido e até da sensibilidade histórica; 4) conclusão.

A matéria é ampla e exigiria raciocínio amplamente desenvolvido. Demais exige demonstração epistemológica, que supõe cultura enciclopédica. Evidentemente o autor não tem tamanha audácia, pois é consciente de suas limitações. Se ousa uma comunicação no presente encontro, é por sentir que o problema já está adquirindo certa gravidade e impõe seu tratamento, para melhor colocação. Não pretende esgotá-lo, mas deseja apontar apenas a sua importância, que pede a atenção de quantos se dedicam a História. Vale como denúncia que precisa ser feita, a fim de se contornarem os inconvenientes e a interdisciplinaridade desempenhar seu exato papel. (IGLESIAS In: RBH, 1983, p. 130)

O artigo de Iglesias é o primeiro a indiciar, na RBH, uma tendência que vai ser uma constante em alguns círculos historiográficos brasileiros, sobretudo àqueles oriundos do pensamento marxista, de observar na interdisciplinaridade e na possibilidade de esgarçamento das fronteiras disciplinares da História o prenúncio de uma perigosa crise ou de um grave problema para o campo até então supostamente em segurança dos historiadores brasileiros. Para Iglesias cabia aos mesmos, daquele momento em diante, tomar os cuidados necessários para não fazer da interdisciplinaridade uma promiscuidade e, assim, levar a “perda de identidade da natureza da História”. Mas, o artigo de Iglesias parece se configurar, dentro da RBH, como o canto dos cisnes a anunciar a aurora de um novo momento em que estava a adentrar não só a historiografia nacional, bem como a própria revista.

O número seis da RBH, publicado ainda em 1983, parece apontar para estas transformações da historiografia nacional, bem como para a própria redefinição editorial da Revista. Este número já é organizado pela nova diretoria da ANPUH, que tem a historiadora Déa Ribeiro Fenelon como presidente da instituição para o biênio 1983/85 e que nomeará como membros do Conselho de Redação da Revista, os também historiadores, José Jobson Arruda (USP), Marcos Antonio da Silva (USP) e Edgar Salvadori De Decca (UNICAMP). Em editorial publicado no número 8/9 da RBH, de set. 1984/abri. 1985, o Conselho de Redação se pronuncia da seguinte maneira acerca destas mudanças editoriais:

A REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA aos poucos está se modificando. Fundada em 1981, sob a inspiração de Alice P. Canabrava, é, hoje, um veículo imprescindível de divulgação da produção historiográfica no Brasil.

A partir de seu número 6 – “A Lucta Trabalhadores” – a RBH sofreu transformações mais acentuadas, deixando de ser uma publicação restrita aos sócios da Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH). O atual Conselho de Redação formado por Edgar Salvadori de Decca, José Jobson de Andrade Arruda e Marcos Antonio da Silva foi responsável por esta reformulação editorial e a RBH, desde o

seu nº 6, passou a atingir um público mais amplo, chegando finalmente às livrarias. Essa iniciativa respaldou-se na constatação de que não havia, na praça, uma revista feita por historiadores, capaz de servir de canal de divulgação de toda uma importante e renovada historiografia.

Éramos cientes, contudo, das dificuldades a serem enfrentadas. O projeto da atual diretoria se definiu por duas linhas de atuação. Em primeiro lugar, optou-se pela eleição de um tema historiográfico a cada número da RBH, abrindo espaço para os debates, já existentes, entre os vários núcleos de pesquisa histórica do país...Em segundo lugar, pensávamos que uma revista de uma associação nacional de historiadores deveria buscar um reconhecimento, não somente dos pesquisadores brasileiros, mas de centros de pesquisa histórica de outros países. (CONSELHO DE REDAÇÃO, RBH, 1984/85, p. 1)

Mas, as modificações editoriais da RBH não pararam por aí e não se resumem apenas aos aspectos institucionais e de normatização e indexação da Revista. As modificações passam a se expressar também, e, sobremaneira, nos artigos publicados e nas discussões que os mesmos passam a encetar, tanto do ponto de vista da abordagem historiográfica quanto dos usos e tratamento das fontes que expressavam, dentre outras coisas, a aproximação cada vez maior dos historiadores brasileiros e da historiografia por eles produzida com as ciências sociais e o pensamento de autores estrangeiros como Michel Foucault, E. P. Thompson, Walter Benjamin e outros. Ou como disse Déa Ribeiro Fenelon, a Revista buscava se transformar num importante “canal de divulgação de toda uma importante e renovada historiografia”. Um exemplo disto é o artigo publicado neste mesmo número 6 da Revista, por Edgar Salvadori de Decca intitulado “A Ciência da produção: fábrica despolitizada”. O Artigo de Decca é o primeiro publicado na RBH que traz uma clara inspiração e fundamentação da narrativa histórica a partir de uma perspectiva teórica e historiográfica consistente e bem definida. Se descolando do caráter ensaístico dos textos publicados na revista até então, o artigo de Decca é também o primeiro publicado a utilizar como referências teóricas e metodológicas os pensamentos de Michel Foucault e E. P. Thompson de forma simultânea. Sinalizando assim, para uma tendência historiográfica que vai se mostrar bastante forte até o final da década de 1980, que foi o uso indiscriminado e indissociado do pensamento destes dois autores em diversas pesquisas no campo da História em nosso país, sem maiores preocupações quanto às contradições e incompatibilidades teóricas e metodológicas entre o pensamento de ambos³. Esta redefinição editorial se expressa também mediante o

³ Ver a este respeito a tese de doutorado de Igor Guedes Ramos, que discute a apropriação e os usos feitos pelos historiadores brasileiros da década de 1980 na produção de suas dissertações e teses dos pensamentos de Michel Foucault e E. P. Thompson. Cf: RAMOS, Igor Guedes. Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. Tese de Doutorado (Orientador: Helio Rebello Cardoso Junior), UNESP/Assis. 2014.



estabelecimento de novas relações institucionais da revista, como indica o Conselho de Redação em editorial publicado nos números 8/9 da RBH:

A realização desse projeto, que implicou alterações profundas na editoração da RBH, não teria sido possível sem a confiança e a ajuda inestimável da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Com esse apoio pudemos alterar os padrões de editoração, tornando a REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA da ANPUH um veículo capaz de abrigar e incentivar os debates historiográficos brasileiros, além de divulgá-los também no exterior. (CONSELHO DE REDAÇÃO, RBH, 1984/85, p. 1)

Portanto, fizeram parte destas mudanças uma nova normatização, a indexação da revista a padrões internacionais, uma nova relação institucional com a FAPESP, a impressão em uma nova editora, a Editora Marco Zero e, sobretudo, a redefinição do Conselho de Redação da revista. Agora, notadamente dominado por historiadores da USP e da UNICAMP e de uma segunda geração de fundadores da ANPUH. Isto se explicita na proeminência de nomes como Edgar Salvadori de Decca, tanto na organização editorial da RBH quanto na influência teórica que vai exercer sobre os novos historiadores que passam a publicar na revista a partir de então.

O Número 07 da revista, publicado em 1984, acentua esta tendência e virada na redefinição institucional da RBH. Neste número, a grande maioria dos artigos publicados se aproxima e/ou dialoga com as tendências historiográficas emergentes no país a época, notadamente com a História Social inglesa. O artigo de abertura deste número, intitulado “Uma Revolução Burguesa?”, é um texto de um dos maiores expoentes desta perspectiva, o historiador inglês Christopher Hill, que segundo os editores da revista veio “com estilo polêmico, abalar velhas certezas históricas” dos historiadores brasileiros. Mas, ao que nos parece, o número 8/9 da RBH, publicado em 1985, é o volume emblemático desta viragem e redefinição. É o primeiro número com uma temática claramente bem definida: “CULTURA, CIDADES” e trabalhada a partir de perspectivas historiográficas bastante claras nos vários artigos que compõe este número. Todos eles orbitam em torno da relação Cultura e Cidades, discutindo estes temas a partir da ótica de uma história urbana e da perspectiva de uma “História Social Inglesa” de inspiração Thompsoniana, como os artigos de Robert D. Storch, Nicolau Sevcenko, Martha Abreu Esteves, Sidney Chalhoub, Gladis Sabina Ribeiro; ou de uma “História vista de baixo” que articula os pensamentos de Thompson e Benjamin, como no artigo de Maria Stella Besciani, ou mais próximo a “Nova História Cultural Francesa”, a exemplo de artigo de José Murilo de Carvalho.



Outra singularidade do número 8 da RBH é que ele explicita também a emergência de novos rostos na produção historiográfica nacional, a exemplo de Nicolau Sevcenko, Sidney Chalhoub e Gládis Sabina Ribeiro, disputando espaços institucionais com historiadores mais antigos. No entanto, neste momento esta é apenas uma disputa aparente, uma vez que a maioria destes novos historiadores, egressos em sua maioria da USP e da UNICAMP, eram orientandos dos historiadores mais antigos a frente da ANPUH e da RBH, como Decca, Bresciani e outros. Além disto, a publicação destes historiadores pela RBH parecia atender as novas relações institucionais da revista com a FAPESP, uma vez que os artigos publicados eram, no geral, os primeiros resultados ou discussões derivadas das pesquisas de mestrado e doutorado daqueles, algumas delas também financiadas pela FAPESP, seja na USP ou na UNICAMP. Com isto, a RBH parecia expressar outro aspecto da produção historiográfica nacional, qual seja: a consolidação das pós-graduações em História como os principais lugares de produção e definição do saber histórico no país. Contudo, até este momento, a RBH que se pretendia uma revista de caráter nacional publicava e circulava em sua imensa maioria apenas a produção do eixo Rio-São Paulo, em especial as produções de historiadores ligados a USP e a UNICAMP, e em bem menor número dos historiadores ligados a PUC-SP, UFF e UFRJ. E muito raramente de pesquisas de historiadores de outras regiões do país e instituições.

Isto faz com que a partir de 1985 a RBH seja uma revista totalmente diversa daquela que foi fundada por Alice Canabrava no início dos anos 80. A partir de seu décimo número a RBH se abre cada vez mais as novas tendências historiográficas emergentes no país, em especial a História Social Inglesa e a Nova História Cultural francesa em suas diversas perspectivas e abordagens temáticas. A partir deste número, por exemplo, os temas que orientam as publicações na revista se tornam cada vez mais circunscritos e delimitados, assim como as abordagens teóricas cada vez mais específicas. Os números 10 e 11 são os primeiros a trazer uma referência mais clara ao uso e apropriação do pensamento de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros. Neste sentido, o artigo de Marcos Silva, publicado no nº 11, no volume 6 da revista de 1985/1986, intitulado “O trabalho da linguagem”, é emblemático, pois além de discutir as implicações do pensamento de Foucault para a discussão deste tema, Silva introduz e aponta para outras leituras e possibilidades de abordagem teórica derivadas do contato da História com a filosofia, com a linguística, com a antropologia, psicanálise, etc.

O texto de Silva é simbólico na RBH por ser o primeiro a introduzir na revista uma discussão teórica acerca das implicações da linguagem não só para se pensar um tema em



específico, no caso em tela as relações de dominação no mundo do trabalho, mas, sobretudo, por apontar para o caráter constitutivo da linguagem para a própria construção narrativa do discurso historiográfico. É neste sentido que figuram no artigo de Silva a referência a autores como Deleuze, Nietzsche, Certeau – o artigo de Silva é o primeiro a citar e referenciar Michel de Certeau na RBH – e Paul Veyne. Assim se os números 8/9 traziam uma abordagem inspirada na História Social inglesa e/ou numa história “vista de baixo” nos moldes propostos por Thompson e Benjamin; os números 10 e 11 apresentavam uma predominância de artigos inspirados na nova História Cultural francesa, de inspiração foucaultiana, sobretudo, na mirada de abordagem de uma sociedade disciplinar.

A alternância dos números da RBH, entre artigos que discutem os temas propostos pela revista a partir da História Social inglesa e da Nova História Cultural francesa e seus desdobramentos, se torna, a partir de então, uma tendência editorial da Revista Brasileira de História. O número 12 e o tema nele abordado, TERRA e PODER, vai ser discutido nos artigos publicados majoritariamente por uma abordagem teórica centrada na História Social inglesa, em especial a partir de uma história dos trabalhadores numa perspectiva próxima a abordagem de E. P. Thompson e Eric Hobsbawn. Já o Nº 13 traz uma discussão centrada e inspirada claramente na Nova História Cultural ou de forma mais geral, nos estudos culturais, ampliando a discussão a cerca de temas como a linguagem, a cultura e seu papel na constituição dos sujeitos em uma determinada sociedade, desdobrando daí a discussão de temas novos como o prazer, a música popular brasileira e a malandragem no espaço urbano, dentre outros. Neste número a inspiração da maioria dos artigos publicados é claramente a obra e o pensamento de Michel Foucault, a exemplo dos artigos de Claudine Haroche e Jean Jacques Courtine, e Margareth Rago.

O número 14 da RBH, publicado em 1987, corroborando com a tendência editorial da Revista de alternar ou mesclar num mesmo número abordagens ancoradas na História Social inglesa e na Nova História Cultural, traz a discussão da temática das “Instituições Totais e Classes Trabalhadora”, embasada nos pressupostos teóricos lançados tanto por Michel Foucault, em especial em seu livro “Vigiar e Punir”, quanto das discussões encetadas por E. P. Thompson no seu livro “A formação da Classe Operária Inglesa”. Este número da RBH traduz como, talvez, nenhum outro, os usos e apropriações do filósofo francês e do historiador inglês pelos historiadores brasileiros daquele período. Boa parte das pesquisas em andamento naquele momento como, por exemplo, a que deu origem ao livro “Do Cabaré ao Lar” de Margareth Rago e a pesquisa de mestrado de Durval Muniz de



Albuquerque Jr, intitulada “Falas de astúcia e de angústia: a invenção da seca no Nordeste Brasileiro”, faziam este uso simultâneo daqueles dois teóricos.

Isto se evidencia de forma mais sensível quando colocamos este debate numa perspectiva histórica de análise e comparamos o que se produz na RBH naquele momento com, por exemplo, uma das obras símbolo das modificações sofridas pela produção do conhecimento histórico no país, *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar* de autoria de Margareth Rago, publicada em 1985. Nesta obra, as dicotomias que viriam separar em polos opostos o historiador cultural e o historiador social ainda não se faziam presentes de forma tão enfática como nos dias atuais, muito embora a autora já reconhecesse, naquele momento, as diferenças metodológicas existentes entre E. P. Thompson e Michel Foucault – os dois teóricos que viriam a ser elevados, posteriormente, pela crítica historiográfica nacional ao posto de símbolos da oposição destes dois lugares: o historiador social e o historiador cultural, o moderno e o pós-moderno – ao dizer que “embora situados em campos teóricos e metodológicos diferenciados, Thompson e Foucault chamam a atenção para outros momentos do exercício da dominação burguesa, possibilitando recuperar as práticas políticas não organizadas do proletariado e desfazer o generalizado mito do atraso e do apoliticismo dos libertários” (RAGO, 1985.).

No entanto, naquele momento, estas dissensões teóricas e metodológicas pareciam não impedir a produção do conhecimento histórico, nem muito menos se colocar como uma regra ou um procedimento teórico que obstacularizasse tal feito, em especial na obra em questão e muito menos era algo que se configurasse, para os editores da RBH a época, como uma regra impeditiva da circulação de tais pesquisas e produções nas suas páginas. Esta diferença teórica e metodológica – ainda era tratada como diferença e não como oposição, como aponta Edgar Salvadori de Decca no prefácio à obra supracitada⁴ – entre as abordagens de Thompson e Foucault ainda não era um problema para a produção do conhecimento histórico no Brasil naquele momento, ou pelo menos para quem o avaliava, analisava e experimentava, tanto é que ao longo de seu trabalho Rago mescla um vocabulário de forte conotação marxista – proletariado, classes dominantes, dominados, capitalismo, burguesia etc.

⁴ Segundo De Decca: “As diferenças de abordagens em se tratando de Thompson e Foucault são significativas. Para o primeiro, as classes trabalhadoras são sujeitos de sua própria história, e por isso, a ênfase dada à questão da *experiência* de classe e do fazer(*making*) de uma cultura de classe. Com os seguidores de Foucault desloca-se significativamente o eixo da experiência e/ou da cultura das classes trabalhadoras, acentuando-se o significado da ação disciplinar de inúmeros agentes sociais na produção do cotidiano e da identidade dos trabalhadores, através da criação de instituições basilares da sociedade, tais como a família nuclear, a escola e a fábrica.” Cf.: DE DECCA, Edgar Salvadori. “Prefácio”. In: RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. III. (Grifos no original).



– com um instrumental teórico e conceitual do que se denomina hoje como “História Social” – experiência, fazer-se da classe operária, cultura operária etc. – a um instrumental da produção historiográfica influenciada por Michel Foucault – poder disciplinar, sociedade disciplinar, estratégia, disciplinarização, mecanismos de controle, vigilância etc. – sem maiores constrangimentos ou problemas.

A oposição destes campos, destes lugares ainda não parecia ser, naquele momento, regra, procedimento, fundamento da produção do conhecimento histórico em nosso país, nem nos programas de pós-graduação onde eram produzidas as pesquisas nem para a principal revista nacional “feita” por e para historiadores, a RBH.

Contudo, a meu ver o biênio de 1987/1989, quando a ANPUH passa a ser novamente dirigida por um professor da USP, a historiadora Raquel Glezer, após o biênio presidido por Caio César Boschi, professor da PUC – MG, e a Comissão Editorial da RBH é praticamente dominada também por professores da USP, como Marcos Silva e Eni de Mesquita Samara, e da UNICAMP, como Maria Stella Martins Bresciani, é o biênio mais significativo em termos de definição dos lugares de produção do saber histórico no país. E neste sentido, a RBH parece cumprir um papel estratégico neste momento, uma vez que nos quatro números publicados ao longo destes dois anos há uma clara definição dos lugares institucionais que orientam a publicação, assim como das perspectivas teóricas e metodológicas que a informam. Neste período, há uma sensível modificação editorial da Revista que parece contribuir decisivamente para esta maior definição, qual seja: cada número publicado ficou a cargo de um organizador. E o primeiro número publicado sob esta nova configuração institucional da RBH, o número 15 de setembro de 1987/fevereiro de 1988, foi organizado por Maria Stella Martins Bresciani.

Ao organizar este número, Bresciani parecia expressar sua ascendência não só intelectual, que já era marcante desde a presidência de Déa Ribeiro Fenelon (biênio 1983/1985), mas, sobretudo, institucional sobre a RBH. Ela vai imprimir sua marca intelectual neste número da revista ao articular a publicação quase que exclusiva de historiadores ligados a USP e que trabalhavam com a temática “Cultura e Sociedade” a partir de uma perspectiva bem próxima a sua. Indicia também esta influência de Bresciani sobre esta produção as inúmeras referências feitas ao seu trabalho nos artigos publicados neste número. Este é um número marcado não só pela influência intelectual de Bresciani, mas, sobretudo, pela forte presença do programa de pós-graduação de história da USP e em menor grau o da UNICAMP na produção circulada naquele número. Além disto, a grande maioria dos artigos



tem como base teórico-metodológica a História Social inglesa ou a Nova História Cultural. O número 16 e os artigos nele publicados, organizado por Silvia Hunold Lara, e que tem como tema a “Escravidão”, em comemoração aos 100 anos da Abolição, são claramente inspirados e matizados pela História Social da Escravidão, na perspectiva dos “de baixo”, a partir das leituras e pensamentos de E. P. Thompson, Eugene Genovese, Hector Bruit, Hobsbawn e Cristhofer Hill. Neste número, o lugar institucional que está na base das pesquisas e produções publicadas na RBH é, na maior parte dos textos, o PPGH da UNICAMP e em menor volume o da USP e de algumas outras instituições nacionais e internacionais.

O número 17, de setembro de 1988/fevereiro de 1989, organizado por Eni de Mesquita Samara a partir do tema “Família e Grupos de Convívio”, tem como lugar institucional predominante da produção aí publicada e circulada, o PPGH da USP. Neste número, a RBH e seu Conselho Editorial voltam a mesclar textos produzidos tanto a partir da perspectiva da História Social, quanto produzidos e inspirados nos aportes teóricos e metodológicos da Nova História Cultural. Já o Nº 18, de agosto de 1989/setembro de 1989, que tem como tema “A mulher e o espaço Público”, é novamente organizado por Stella Bresciani. Diferentemente do Nº 15, que ela também havia organizado, neste número o lugar institucional predominante entre as pesquisas e produções publicadas é o PPGH da UNICAMP e em menor volume o da USP. A maioria dos artigos é fruto de pesquisas em nível de mestrado ou doutorado desenvolvidas naqueles programas. Neste número da RBH quase todos os artigos dialogam com a perspectiva dos estudos de gênero, com uma clara inspiração no pensamento e obra de Michel Foucault e em alguns de seus comentadores brasileiros como Jurandir Freire Costa e Roberto Machado. Parte dos artigos dialoga também com a História das Mulheres na perspectiva de uma história dos excluídos e em consonância com os aportes da Nova História Cultural. Não à toa o texto de abertura da revista, “Práticas da memória feminina”, é de autoria de Michele Perrot, historiadora francesa expoente desta perspectiva.

Este número finaliza o percurso da RBH ao longo da década de 1980, apontando, dentre outras coisas para a renovação que a produção historiográfica nacional sofreu ao longo da década. Uma renovação de ordem temática, da constituição dos objetos, de cotejamento de novas abordagens e perspectivas teóricas, de ampliação das fontes e redefinição metodológica. Muito embora, sem despertar nos historiadores brasileiros a época, ao menos nas páginas da RBH, uma problematização teórica e historiográfica do seu fazer, das regras e procedimentos que presidiam a sua operação ou até mesmo de pensar o lugar ou os lugares a partir de onde ela estava sendo produzida. Foucault, Thompson, Benjamin parecem ser os



autores mais usados e apropriados pelos historiadores brasileiros a “conduzir” esta renovação. E esta tendência se expressa praticamente ao longo de todo o período. Desta maneira, a RBH expressa não só a renovação pela qual a historiografia nacional passou naquele período, mas aponta também para os lugares institucionais que despontavam para ou possibilitavam esta renovação.

Contudo, a meu ver, a dimensão que vai dar um caráter institucional estratégico para a RBH é o papel que alguns presidentes da ANPUH, junto com alguns membros da Comissão Editorial da Revista, vão assumir, notadamente a partir de 1986 junto a Revista na tentativa de organizar a produção historiográfica nacional em meio a ascendente profusão de novas histórias e historiadores. Nomes como Déa Fenelon, Edgar Salvadori de Decca, Marcos Silva, Raquel Glazer, Eni de Mesquita Samara, Maria Stela Bresciani, parecem tomar a frente do processo de produção e editoração da Revista com o claro objetivo de organizar a transição de sua geração de historiadores para uma outra que estava despontando sob a influência dos ventos historiográficos franceses, ingleses e, em menor intensidade, americanos. A geração acima foi acomodando, absorvendo, formando e orientando nomes da nova geração de historiadores como Margareth Rago, Sidney Chalhoub, Gladis Sabina Ribeiro, Nicolau Sevcenko e inúmeros outros de modo a preservar e ampliar o lugar institucional, de poder e saber, representados pelos programas de pós-graduação em História da USP e da UNICAMP e, em menor grau, da PUC-SP, da UFF e UFRJ sobre a produção do saber histórico no país. Levar isto a efeito, justamente no momento em que a produção do conhecimento histórico brasileiro passava por uma profunda transformação em todos os seus níveis, significava, antes de tudo, transformar aqueles espaços institucionais não só em lugares de produção, mas, sobretudo, de definição das regras do fazer histórico no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “Introdução: Da terceira margem eu so(u)rrio; sobre história e invenção”. In: **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: SP: EDUSC, 2007.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2006.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A (des)construção do discurso histórico; a historiografia brasileira dos anos 70**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997



CERTEAU, Michel de. "A operação historiográfica". *In: A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DIEHL, Astor Antônio. **A matriz da cultura histórica brasileira: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

DIEHL, Astor Antonio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DIEHL, Astor Antonio. **A cultura historiográfica brasileira; década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999.

DIEHL, Astor Antonio. **A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira (IV)**. Porto Alegre: Evangraf, 1993.

FICO, Carlos, POLITO, Ronald. **A história no Brasil; elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto: UFOP, 1992. V. 1

RAGO, Margareth. "Introdução". *In: Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Igor Guedes. **GENEALOGIA DE UMA OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980**. Tese de Doutorado. UNESP, Assis – SP, 2014.

REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2007;

REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil: de Calmon a Bonfim**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.